



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, §3º da Constituição Federal, no art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, no art. 2º da Lei nº 1.579 de 18 de março de 1952, no art. 3º, §§1º e 2º da Lei Complementar nº 105 de 10 de janeiro 2001 e no Tema de Repercussão Geral nº 990 (RE 1.055.941/SP), que sejam prestadas, pelo Senhor Presidente do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), informações consistentes na elaboração de RIFs – Relatórios de Inteligência Financeira, do CENTRO DE ESTUDO DOS BENEFÍCIOS DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS (CEBAP), CNPJ nº 09.152.106/0001-85, referentes ao período de 1º de janeiro de 2017 a 19 de agosto de 2025.

JUSTIFICAÇÃO

Trata o presente requerimento da quebra de sigilo do Centro de Estudo dos Benefícios dos Aposentados e Pensionistas (CEBAP), inscrito no CNPJ nº 09.152.106/0001-85, uma das entidades investigadas pela Polícia Federal, na Operação Sem Desconto, sobre descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

O CEBAP integra um trio de entidades ligadas ao empresário Maurício Camisotti, do ramo de seguros e planos de saúde, apontado como um dos principais articuladores do esquema que pode alcançar R\$ 6,3 bilhões em fraudes. Documentos da investigação revelam que dirigentes dessas associações eram, em muitos casos, familiares ou funcionários de Camisotti, evidenciando um controle



indireto. O próprio CEBAP já foi presidido por **Edmar Policarpo Júnior, tio da esposa de Rodrigo Rosolem Califoni**, executivo do Grupo Total Health (THG) e braço direito de Camisotti.

Segundo reportagens do portal Metrôpoles, a Polícia Federal apurou que, desde que firmou seu Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com o INSS, em dezembro de 2022, o CEBAP arrecadou sozinho mais de R\$ 202 milhões em mensalidades descontadas diretamente da folha de pagamento de aposentados. Os valores, que começaram em R\$ 388 mil mensais em junho de 2023, chegaram a R\$ 13,3 milhões por mês em abril de 2024. Outras entidades ligadas ao mesmo grupo, como a AMBEC e a UNSBRAS (que recentemente mudou de nome para UNABRASIL), faturaram juntas cerca de R\$ 750 milhões no mesmo período.

O mesmo veículo noticiou que a Unsbras, por exemplo, firmou convênio com o INSS em setembro de 2023 e, poucos dias depois, alterou sua diretoria, que passou a ser composta por familiares de Rodrigo Rosolem Califoni. Sua sede foi transferida de Belo Horizonte para São Paulo, em prédio vizinho ao da Ambec, **reforçando os indícios de ligação direta com Camisotti**. Registros em cartório e na internet mostram, ainda, que sites e domínios dessas entidades estavam vinculados à empresa Benfix, que tem Maurício Camisotti como sócio. Há relatos, inclusive, de que até mesmo uma funcionária da família do empresário fizeram parte da diretoria estatutária para comandar uma das associações.

Essas circunstâncias motivaram não apenas a investigação da Polícia Federal, mas também auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), que identificaram descontos indevidos em larga escala. O Ministério Público Federal (MPF), por sua vez, pediu à Justiça a suspensão de todos os acordos firmados por essas entidades com o INSS, a fim de cessar imediatamente as cobranças irregulares.

Nesse sentido, a quebra de sigilo justifica-se pela gravidade dos fatos envolvendo as fraudes no Instituto Nacional da Previdência Social, bem como por



ser competência desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito a investigação e responsabilização de órgãos, pessoas e entidades, pelos descontos indevidos realizados por meio dos atos fraudulentos de terceiros.

Em função disso, faz-se necessário apurar as movimentações financeiras do CEBAP, de modo a esclarecer responsabilidades e garantir a devida responsabilização. Portanto, contamos com o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala das Sessões, 19 de agosto de 2025.

Senadora Damares Alves

